

## DECRETO Nº 9.559 DE 28 DE SETEMBRO DE 2005

(Publicado no Diário Oficial de 29/09/2005)

**Altera dispositivos do Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7.921, de 02 de abril de 2001.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições,

### **D E C R E T A**

**Art. 1º** Ficam acrescentados ao Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7.921, de 02 de abril de 2001, os seguintes dispositivos:

**I** - os itens 5.10 a 5.19 à alínea “f” do inciso II do art. 3º:

*“5.10. Inspetoria de Fiscalização de Grandes Empresas do Setor Indústria;*

*5.11. Inspetoria de Fiscalização de Grandes Empresas do Setor Serviços;*

*5.12. Inspetoria de Fiscalização de Grandes Empresas do Setor Comércio e Substituição Tributária;*

*5.13. Inspetoria de Fiscalização de Médias e Pequenas Empresas do Setor Indústria;*

*5.14. Inspetoria de Fiscalização de Médias e Pequenas Empresas do Comércio Varejista;*

*5.15. Inspetoria de Fiscalização de Médias e Pequenas Empresas do*

*Comércio Atacadista e Serviços;*

*5.16. Coordenação de Crédito e Cobrança;*

*5.17. Coordenação da Central de Atendimento;*

*5.18. Coordenação de Atendimento em Postos;*

*5.19. Coordenação Administrativa.”*

**II** - os itens 1 e 2 à alínea “h” do inciso II do art. 3º:

*“1. Coordenação de Auditoria Interna;*

*2. Coordenação de Revisão Fiscal.”*

**III** - a alínea “d” ao inciso V do art. 11:

*“d) pelas Inspetorias de Fiscalização de Médias e Pequenas Empresas:*

- 1. avaliar, em conjunto com a respectiva gerência, o comportamento dos segmentos de mercado;*
- 2. analisar o potencial e os fatores sazonais que influenciam a arrecadação;*
- 3. executar programas de fiscalização estabelecidos pela Diretoria de Planejamento da Fiscalização;*
- 4. proceder à fiscalização nos casos de denúncias ou suspeita de cometimento de crimes de sonegação fiscal;*
- 5. propor estudos para redução de conflitos na análise e aplicação da legislação;*
- 6. fornecer aos órgãos competentes os elementos necessários à promoção das ações civil e penal contra os responsáveis por ilícitos fiscais;*
- 7. realizar diligências e revisões fiscais em processos administrativos fiscais, requeridos pela Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado e CONSEF.”*

**IV** - a alínea “e” ao inciso V do art. 11:

*“e) pela Coordenação de Crédito e Cobrança:*

- 1. registrar e acompanhar os autos de infração lavrados no âmbito da DAT;*
- 2. executar as ações de cobrança de créditos tributários no âmbito da DAT.”*

**V** - a alínea “f” ao inciso V do art. 11:

*“f) pela Coordenação da Central de Atendimento:*

- 1. atualizar a base de dados dos contribuintes do ICMS;*
- 2. prestar o atendimento inicial aos contribuintes da DAT;*
- 3. encaminhar as demandas dos contribuintes aos setores responsáveis pela sua resolução.”*

**VI** - a alínea “g” ao inciso V do art. 11:

*“g) pela Coordenação de Atendimento em Postos:*

- 1. prestar o atendimento inicial aos contribuintes da DAT;*
- 2. encaminhar as demandas dos contribuintes aos setores responsáveis pela sua resolução.”*

**VII** - a alínea “h” ao inciso V do art. 11:

*“h) pela Coordenação Administrativa:*

- 1. executar as atividades de orçamentação, acompanhamento, avaliação e análises no âmbito da DAT;*
- 2. executar as atividades de administração de recursos humanos, material, patrimônio e serviços no âmbito da DAT.”*

**Art. 2º** Ficam revogados os itens 5.1, 5.5, 5.8, e 5.9 da alínea “f” do inciso II do art. 3º do Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7.921, de 02 de abril de 2001.

**Art. 3º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2005.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 28 de setembro de 2005.

**PAULO SOUTO**

Governador

Ruy Tourinho

Secretário de Governo

Albérico Machado Mascarenhas

Secretário da Fazenda

Marcelo Barros

Secretário da Administração